

Bulhões e seus escritos

Julian M. Chacel

Nesta evocação da figura de Octávio Gouvêa de Bulhões nas páginas da *Revista Brasileira de Economia*, da qual foi um de seus fundadores, pensei que a maneira mais apropriada de preservar sua memória seria a de vê-lo através dos seus escritos, inferindo de sua obra os grandes economistas que influenciaram seu pensamento e tratando de separar o Professor do Homem Público.

Na cronologia de sua extensa bibliografia, que se desdobra no tempo entre 1936 e 1990, e inicia, curiosamente, por um estudo sobre *Alimentação e Capacidade de Consumo*, tema que não foi, mais tarde, explicitamente retomado, há livros que refletem a personagem do mundo acadêmico e textos que espelham, com um sentido de missão, a opinião e o conselho do servidor público que, passo a passo, alcançou o auge da carreira e, como arquiteto da política econômica, teve em vida o reconhecimento de todos.

Sem embargo da enorme influência de Lord Keynes sobre o pensamento dos economistas deste século, ao propor na *Teoria geral* o que mais tarde seria, na passagem do nível micro para o macro, considerado como uma revolução metodológica, não parece ter sido sua obra a que maior influência exerceu no espírito e na mente de Bulhões. É certo que em 1946, *in memoriam* de Keynes, que acabava de falecer, Bulhões escreveu sobre "A contribuição de Keynes para a análise das relações dinâmicas na economia", onde demonstrou ter, quem sabe sob a influência de Robbins e Haberler, uma clara percepção das hipóteses de trabalho que marcam a distinção entre o curto e o longo prazos e o que mais tarde foi identificado, no modelo keynesiano, como a "interdependência das variáveis independentes". Assinale-se que, no contexto da época, Keynes era pouco conhecido em nosso País, posto que a II Guerra Mundial havia seccionado nossas relações culturais com a Europa. O livro de Lawrence Klein só iria surgir no ano seguinte e, para os leitores em francês, Keynes só seria inteiramente revelado em 1953, com a síntese feita por Alain Barrère. Seja como for, em que pese à suposição de terem outros autores exercido maior influência do que Keynes sobre o pensamento de Bulhões, em termos de comportamento há uma nítida semelhança entre eles. Como em Keynes, a preocupação com a formulação de políticas imprimiu uma forte marca sobre os seus escritos de natureza acadêmica.

Em *Economia e política econômica e Dois conceitos de lucro*, o primeiro publicado em 1960 e o segundo em 1969, em várias passagens, sem embargo das citações de economistas de renome mundial – como, por exemplo, Robbins, Tinbergen, Schumpeter e Oskar Lange – a demonstrar o amplo espectro de suas leituras, transparece a importância, para Bulhões, de três grandes nomes: Marshall, Hicks, e Wicksell.

De Marshall, Bulhões recolhe a teoria dos mecanismos de mercado, como é possível verificar na citação do seguinte trecho: "Alfred Marshall, cumprindo seu notável objetivo de tornar a economia facilmente inteligí-

vel, deu grande realce ao mercado, apresentando observações lúcidas sobre a influência da procura e da oferta, na formação dos preços.” E invoca a analogia das duas lâminas de uma tesoura e do ângulo por estas assumido para explicar a determinação do preço de um bem em função da sua utilidade ou do seu custo, para concluir que “ambas as lâminas contribuem para o corte do papel”. Nessa oposição entre utilidade e custo, nos *Principles of economics* há uma distinção entre a determinação do preço e o período de análise, retomado por Bulhões quando escreve que “até nossos dias, os livros didáticos continuam a repetir que há conveniência de se verificar se os preços são considerados num período curto ou longo”. Ou seja, quanto mais curto o período considerado, maior a preponderância da procura; quanto mais longo, maior a influência da oferta. Ainda em Marshall, quando trata da produção e da oferta em regime concorrencial no longo período, aflora o “princípio da substituição” e o das economias internas e externas decorrentes da escala alcançada pela empresa, retomados por Bulhões no seguinte parágrafo: “A relatividade dos preços dos bens de consumo subordina-se à avaliação dada pelos indivíduos aos diferentes bens que adquirem a determinado nível de renda. Por seu turno, esses preços são relacionados com os preços dos fatores, sendo as empresas induzidas a modificar o nível de produção, sempre que encontrem meios de alterar o custo, segundo nova combinação de fatores. Em geral, o decréscimo de custo, por unidade produzida, se apresenta com o aumento da produção, e conseqüentemente, com a redução da utilidade marginal, havendo, assim, uma coincidência do declínio do preço com a redução do custo, o que leva Marshall a dizer que, no longo período, os preços dos produtos se nivelam aos custos de produção.”

Certamente o livro *Value and capital*, pedra angular da obra de Hicks, que lhe valeu o Prêmio Nobel de Economia em 1972, tendo sido adotado por Bulhões como leitura obrigatória para fundamentar a disciplina denominada “Valor e Formação de Preços”, que ministrou durante tantos anos, como não poderia deixar de ser, marcou profundamente seu pensamento teórico. Desenvolvendo a trilha aberta por Slutsky, Hicks propõe o “efeito substituição”, citado por Bulhões em diversas circunstâncias e com algumas variantes, segundo o qual o mesmo acontece quando, pela variação da renda em conseqüência de mudanças nos preços relativos, mantém-se constante o índice de utilidade. Tratando de vincular o efeito hicksoniano ao fato de o Drummond Professor of Political Economy and Fellow of All Souls College, embora sendo um teorizador sobre o valor, jamais ter posto de lado a importância da teoria monetária, torna-se bem sintomático o trecho seguinte, redigido por Bulhões: “(...) que se pode pôr em dúvida a eficácia de uma política monetária que se fundamenta exclusivamente no nível geral dos preços. Algumas modificações na relatividade dos preços são de grande significação para a política monetária. O poder da moeda não se altera tão-somente em face do conjunto dos preços. Cada variação de preço tem sua influência sobre o valor da moeda(...) se variam os preços de certo número de produtos de elevado grau de substitutibilidade ou de forte complementaridade, cumpre se faça a ve-

rificação individual desses fenômenos. Se se aguardar a variação global do nível de preços, quando esta ocorrer, o que poderia ter sido impedido ou favorecido só pode, agora, ser remediado.”

Talvez a admiração maior de Bulhões, a julgar por excertos de sua obra, tenha recaído sobre Wicksell. Do matemático preocupado com aspectos da sociologia que evoluiu para a teoria econômica pura, Bulhões recupera para os leitores confinados na língua portuguesa a teoria do capital. *Interest and wages* fornece os fundamentos da distribuição baseada no conceito de produtividade marginal; a *Theory of incidence of taxation, interest and prices* explica a gênese do processo cumulativo a partir do hiato criado entre a taxa de retorno do novo capital físico e a taxa de juros do mercado fixada pelos bancos. Várias passagens dos escritos de Bulhões invocam explicitamente as idéias wicksellianas expostas nessas duas obras. Mas é sobretudo quanto à noção de período de investimento e à vantagem dos processos indiretos de produção sobre os processos diretos, quando Wicksell explora o caminho inicialmente aberto por Bohm-Bawerk, que se observa maior frequência de citações do economista sueco feitas por Bulhões. Veja-se, por exemplo, o seguinte trecho: “Realizado o investimento, consegue-se obter duas ou três vezes maior quantidade de produto com o mesmo emprego de fatores, na produção corrente. Essa diferença de produtividade é que constitui o ‘lucro’, feita, naturalmente, a dedução de amortização do custo do investimento, compreendendo o tempo de sua elaboração e o prazo de sua duração. Tais prazos dão significação econômica ao período de investimento, como assinalarei (...) ao fazer extensa referência à contribuição de Wicksell à elucidação do problema dos investimentos.”

Extravasando o domínio da docência para ser um economista voltado para a formulação de políticas, Bulhões, ao construir o elo entre teoria e doutrina, guarda sempre extraordinária coerência. Amante da música clássica, compara a condução dos negócios da economia à regência de uma orquestra sinfônica. Por isso prefere a ação corretora dos desvios do mercado ao planejamento. Coordenação é, para ele, a palavra-chave. Nestes tempos em que o papel do Estado está posto em questão, percebe-se que Bulhões favorece, como propôs em recente artigo José Guilherme Merquior, o Estado protetor e o Estado promotor, em vez do Estado produtor. Na preservação do valor da moeda, o Estado é o protetor das camadas mais pobres da sociedade; na política fiscal, os incentivos transformam-se em instrumento de promoção da atividade econômica e social.

Política monetária austera e política fiscal tendente ao equilíbrio das contas públicas conjugam-se em sua visão de combate à inflação endêmica do Brasil para definir um curso de ação que, marca de sua própria personalidade, tem o dom da simplicidade. Por isso, ao criar o Banco Central concedeu-lhe a indispensável independência com relação ao Executivo ao fixar, em seu Estatuto, um tempo certo de mandato para o presidente. Na mesma ordem de idéias, combate a concessão de subsídios como um fator do Príncipe que desfigura a ação do mercado e desequilibra os orçamentos públicos.

Em matéria de comércio exterior, descarta a dicotomia entre mercados interno e externo. Ao contrário, em vez de conflito, vê complementaridade através da noção de economias de escala entre produção para fins domésticos e produção para exportação, sob a condição de que a taxa cambial não esteja sobrevalorizada. Quanto ao movimento de capitais, tem uma nítida preferência pelos capitais de risco em relação aos empréstimos porque não se pode pender, aprioristicamente, a favor dos empréstimos pelo fato de ser a taxa de juros inferior à taxa de lucros; e, ainda, porque os lucros são flexíveis às flutuações da conjuntura e os serviços dos empréstimos, como obrigação contratual, envolvem, além dos juros, as amortizações.

Determinado e constante em defesa de suas idéias, martelando-as insistentemente sobre as mentes dos formadores de opinião, há um ponto, contudo, em que Bulhões à primeira vista mudou sua maneira de pensar. Trata-se da correção monetária. Tendo sido uma das figuras que institucionalizaram a indexação, rendeu-se aparentemente aos argumentos daqueles que consideram seu efeito de realimentação um foco maior de pressão inflacionista, a perpetuar a inflação passada sobre o futuro. Na verdade, Bulhões jamais perdeu a coerência. Desde o primeiro instante reconheceu o efeito de *feedback* da indexação, para ele, nas circunstâncias da época, instrumento necessário para reabilitar o crédito público e a finança das empresas. Como instrumento de aplicação temporária, haveria de ser descartado tão logo a taxa de inflação assumisse valores compatíveis com acréscimos possíveis da produtividade média real da Economia. Ademais, as políticas monetária e fiscal bem conduzidas podem neutralizar as pressões inflacionistas exercidas tanto por fatores autônomos como pela inflação, agora dita inercial. Diga-se, portanto, que ao aceitar a desindexação Bulhões faz uma concessão no sentido de, num clima de hiperinflação, percorrer o caminho de volta, alongando o “tempo” da contabilização da correção monetária para que, domada a besta, seja possível chegar à situação por ele inicialmente desenhada.

Melhor do que qualquer das inferências retiradas, aqui e ali, dos textos de Octávio Gouvêa de Bulhões para descortinar seu pensamento é usar para fecho desta homenagem, que busca evocar sua figura de Professor e Homem Público, suas próprias palavras: “A economia não se acha dissociada das demais tendências da sociedade (...) Estamos, ainda, numa fase em que nos deixamos envolver por idéias preconcebidas que, dogmaticamente, contrariam a limpidez da observação dos fatos.” Tais palavras, cunhadas há cerca de duas décadas, não poderiam ser mais atuais.

Itanhangá, Rio, dezembro 1990